



ACTA Nº 12/2006

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2006
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 29 DE SETEMBRO DE 2006

-----No dia 29 de Setembro de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Junho, convocada ao abrigo do nº 1 do Art. 49º da Lei nº 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Art. 19º, do nº 1 do Art. 23º, do nº 3 do Art. 26º e do nº 2 do Art. 29º, todos do respectivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;***
- **PONTO 2 - *Apreciação e votação da Proposta de Emissão de Declaração de Interesse Municipal do Projecto para desenvolvimento de um Centro de Operações de Gestão de Resíduos – Monte da Candeeira – Bensafrim;***
- **PONTO 3 - *Apreciação e votação da Proposta de Emissão de Declaração de Interesse Municipal do Projecto para arranjo e pavimentação de um caminho de utilização pública (Reimpel, Lda.) - Sítio das Fontainhas – Luz;***
- **PONTO 4 - *Apreciação e votação da Proposta de Alteração ao Regulamento da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimento de Hospedagem designados por Hospedarias e Casas de Hóspedes e por Quartos Particulares;***
- **PONTO 5 - *Apreciação e votação do pedido de autorização para Desafecção e Afecção de Parcelas de Terreno do Domínio Público sitas em Porto de Mós – alteração ao Alvará de Loteamento n.º 31/89 de Jagoz – Empreendimento Imobiliários Turísticos e Diversões, Lda.;***
- **PONTO 6 - *Subscrição da Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos.***



Fl. 86v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 54 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	João Francisco Redondo Félix
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Virgínia Paula Ventura Marreiros da Conceição Silva



CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Acta, o seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado	1 dia	João Francisco Redondo Félix
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque	20 dias	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Eurico José dos Reis Correia	1 dia	Virgínia Paula Ventura Marreiros da Conceição Silva

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respectiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Deputado Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	REUNIÃO
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana	29/09/2006

-----TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foi convocado, para estar presente na Sessão Ordinária de Setembro de 2006, para tomar posse como Membro efectivo do Conselho Municipal de Segurança o cidadão: **GONÇALO DE SOUSA AMARAL** – Coordenador de Investigação Criminal de Portimão, não tendo o mesmo comparecido, justificando a sua ausência, antecipadamente.-----



Fl. 87v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

-----**ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes actas:

-----Acta nº 7/2006 - da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 28 de Abril de 2006.-----

-----A Acta nº 7/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	14	4	1	-	19
ABSTENÇÕES	2	3	1	-	6
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0

-----Assim a Acta nº 7/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----Acta nº 8/2006 - da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2006 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de Maio de 2006.

-----A Acta nº 2/2006 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	1	-	21
ABSTENÇÕES	1	2	1	-	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	-	0

-----Assim a Acta nº 8/2006 foi aprovada por maioria.-----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** Interveio o Município Sr. José Inácio Soromenho que começou por dizer que estava ali para alertar a Assembleia Municipal de Lagos para os graves problemas com que se depara a Adega Cooperativa de Lagos no presente. Disse que, segundo o Presidente da Câmara de Aljezur, a Associação de Municípios “Terras do Infante” entrou na gestão da Adega Cooperativa de Lagos para a salvar, mas está-se a assistir presentemente à derrocada total. Perguntou se não haverá alguém do concelho de Lagos com capacidade para representar aquela associação naquela adega já que foi necessário vir alguém de Aljezur que resolve, sim, os problemas dos vitivinicultores do concelho de Aljezur mas os de Lagos e Portimão ficam sempre para segundo plano. Disse que os problemas na Adega de Lagos são tantos e tão graves que não enunciou nenhum, mas sugeriu a constituição de uma Comissão para reunir com todos os vitivinicultores incluindo os do Rogil, com os corpos sociais da Adega e com o Sr. Paulo Oliveira. e os vitivinicultores da zona do Rogil.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou este município de que a Assembleia Municipal tinha uma Comissão Especializada Permanente que poderia inteirar-se do assunto e que iria informar a dita Comissão para tomar as necessárias providências no sentido de ficar por dentro do assunto referido.-----

-----Seguidamente interveio o Município Sr. João Mariano que referiu ter sido informado por autarcas, que a Adega Cooperativa de Lagos iria renascer e que precisava da ajuda de novos vitivinicultores. Acreditou nisso e fez um investimento de largos milhares de contos na zona da Penina. Disse que no ano passado tinha



colocado na Adega Cooperativa de Lagos toda a sua produção no valor de 50.000 euros e neste momento sentia-se completamente defraudado porque apostou todos os seus rendimentos na Adega de Lagos e como podem verificar é o caos. Apelou aos autarcas para olharem pela Adega de Lagos para que esta não morra.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.03

-----Seguidamente interveio a Múncipe Sra. Maria Clara Pimentel que começou por dizer que lhe tinha acontecido o mesmo que aconteceu ao orador anterior. Plantou 18 hectares de vinha e há 3 anos que entrega as suas uvas na Adega de Lagos mas nunca recebeu nada por elas. Considera que este ano foi o descalabro total, afirmando que a Adega de Lagos está perfeitamente à toa. Disse que é preciso que haja alguém que tome a responsabilidade pelo que ali se passa e que dê incentivo para os vitivinicultores continuarem a desenvolver a sua actividade, dado que o investimento foi tremendo.-----

-----Seguidamente interveio o Múncipe Sr. António Mateus informando que desde 2000 até hoje não recebeu um tostão daquilo que colocou na Adega de Lagos. Recebeu apenas um pequeno subsídio de mil e qualquer coisa contos, quando tem lá 12 500 contos, pelo que está a viver de dinheiro emprestado pelas suas filhas. Apelou para que fosse feita alguma coisa para resolver esta situação dos vitivinicultores.-----

-----Seguidamente interveio o Múncipe Sr. Hélio Pena que começou por solicitar à Assembleia Municipal de Lagos que alterasse o período de intervenções do público para o fim de cada reunião, para que desta forma, não se verificasse mal entendidos, como se verificou numa recente intervenção sua, em que se referiu a uma atitude do Sr. Vereador Nuno Marques, não estando ele presente aquando das suas palavras o que gerou alguma confusão no final da dita reunião. Aproveitou a oportunidade para pedir desculpas ao Sr. Vereador Nuno Marques por ter mencionado o seu nome na sua ausência. Disse que é inadmissível podar árvores no Verão, dado que esse trabalho deve ser feito no Outono e no Inverno, mas em Lagos as palmeiras são limpas várias vezes por ano e em frente às Finanças foram árvores podadas no Verão. Disse ainda que na Praia da Luz existe uma bela árvore de borracha que no Verão foi podada, o que pode levar à morte da árvore. Solicitou à Câmara Municipal de Lagos que tomasse as medidas necessárias para que não se voltem a repetir actos desta natureza e deixou fotos da árvore referida as quais ficam arquivadas em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D – 430-10.-----

-----Terminando as intervenções do Público, interveio o Sr. Cândido Silva que disse que tem referido muitas vezes que a Adega de Lagos vai de mal a pior e que nunca viu um descalabro tão grande como aquele a que está a assistir. Disse que tem na Adega de Lagos 4 ou 5 mil contos para receber e ainda não recebeu nada.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informou os munícipes que



Fl. 88v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

tomaram a palavra que as suas preocupações iam ser transmitidas à Câmara Municipal de Lagos e reforçou a informação dada a seguir à primeira intervenção.---

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 217/06 a 343/06, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 227/05 a 316/06, inclusive.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU), no seguimento de uma carta lida pelo Sr. Presidente da Mesa, emanada pelos Srs. Deputados da bancada do PS, na Assembleia da República, Hugo Nunes e Miguel Freitas, em que davam conhecimento de um requerimento feito por estes sobre o desassoreamento da barra da Ribeira de Bensafrim, disse que seria bom dizer aos Srs. Deputados que todos os anos a Assembleia Municipal vota documentos no sentido de ser inscrita no PIDAC verba para o fim referido e que tem sido sempre votada contra na Assembleia da República e já que se está a preparar o PIDAC para 2007, seria boa altura de introduzirem verba para o efeito.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), informar que tinha falado pessoalmente com os dois Deputados referidos na situação mencionada pelo Sr. José Manuel Freire, tendo sido na sequência dessa conversa que os Srs. Deputados fizeram o requerimento lido.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse o seguinte: “Eu queria dar conhecimento à Assembleia Municipal duma deliberação que a Comissão Política do Partido Socialista tomou. Não é que seja o local para divulgar as decisões da Comissão Política do PS, mas sim porque o assunto em causa tem a ver directamente com a Assembleia Municipal. E essa decisão foi no sentido de, um dos elementos que faz parte da bancada do Partido Socialista, o Sr. José Mariano, a partir de hoje, digamos assim, não ter a confiança do PS, pelo que todas as intervenções e votações que esse elemento da nossa bancada fizer, são da responsabilidade do próprio e não vinculam nenhuma posição do PS na Assembleia Municipal”-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse o seguinte: “Ainda bem que o PS e a Comissão Política tomaram essa decisão. Tomei conhecimento agora mesmo, há cinco minutos atrás. Convém que o plenário fique a perceber porque é que essas coisas acontecem. Porque isto, dito desta maneira crua e de surpresa, pode dar a ideia de que eu cometi para aí algum crime ou que fiz alguma asneira. Eu devo dizer que todas as decisões e toda a minha maneira de votar aqui nesta assembleia, são da minha inteira responsabilidade. Não estou aqui sob a responsabilidade de ninguém. Eu voto como entendo e há formas diferentes de votar: uma é abstenção, outra contra e outra favoravelmente. Por mim não há qualquer problema. Se as pessoas me retiraram a confiança, eu desprezo essa confiança e daqui para a frente também não lhes dou confiança. Eu recebi uma carta do secretariado do PS, em que iam deliberar para propor à Comissão Política a retirada da confiança política. Pediram para ir lá nessa noite, porque no outro dia a seguir haveria uma comissão que iria



decidir ou não. Eu fui julgado à revelia. Diz aqui que não cumpro os artigos 17 e 90, o que ainda estou para saber o que dizem. Fiquei também sem saber em que data o secretariado tomou essa decisão. Isto é tudo uma embrulhada, mas eu aceito essa decisão e fico a conhecer ainda melhor o Partido. Devo dizer muito sumariamente porque é que foi: Na última Assembleia absteve-me aqui quando foi para aprovar o regulamento da empresa do desporto e na outra absteve-me sobre uma parte da questão dos ordenados e votei contra a outra parte onde dizia que essa empresa iria construir os novos Paços do Concelho na fábrica da cortiça, uma coisa que eu disse sempre que votava contra, que toda a gente do PS dizia que votava contra e até o Presidente disse no primeiro mandato que estava contra aquilo. Eu mantenho a minha palavra e possivelmente a câmara vai ser além construída com os votos dos outros. Foi pena não ter feito declaração de voto. Ausentei-me na última Assembleia porque não havia consenso para ela continuar e o nosso regimento diz que se não há consenso deve terminar. Faltavam três pontos e o Senhor Presidente decidiu continuar ... Há uma parte interna do Partido que diz que eu não apareço às reuniões de preparação – eu deixei de ser convocado pelo Presidente, deixei de ser convocado há alguns meses... No Partido Socialista, é estranho que se diga, quando as pessoas não votam como o líder quer, acontece-lhes isto... As pessoas quando são grandes, não lhes retiram a confiança. A minha camarada Ana Gomes tem feito oitos com pernas de nove desde Timor e agora anda aí a ver aviões, mas a ela não lhe aconteceu nada....”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse o seguinte: “Só queria deixar aqui um esclarecimento. Nem a bancada do PS aqui na Assembleia Municipal nem os factos que foram aqui tidos em consideração para a retirada da confiança política, correspondem na totalidade à verdade, entre aspas, que aqui foi proferida pelo José Mariano.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) no âmbito da organização de eventos promovidos pela Assembleia Municipal, sugeriu recomendar à Câmara Municipal reservar um dia, por trimestre, o auditório do Centro Cultural de Lagos, para eventos organizados pela Assembleia Municipal, uma vez que se torna muito difícil arranjar datas disponíveis, o que condiciona as organizações.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção apresentada pela Comissão Permanente: “A Assembleia Municipal de Lagos, reunida na sua sessão Ordinária de 29 de Setembro de 2006, manifesta o seu total apoio ao investimento e à construção do Parque Eólico de Barão S. João, que se reveste de um inegável interesse para economia local, contribuindo para a sustentabilidade concelhia e nacional em termos energéticos e diminuindo a dependência dos combustíveis fósseis. Considera no entanto que deverão ser acautelados os impactos negativos sobre as comunidades e no ambiente, da travessia da linha de transporte de alta tensão associada ao projecto (afastamento em relação aos aglomerados urbanos, habitações e manchas florestais onde o risco de incêndio é elevado), exortando a CML, o promotor e a REN a que seja considerada a revisão de alguns aspectos técnicos deste projecto que nos parecem profundamente negativos, nomeadamente: A - O troço de 25Km da Linha de Alta Tensão entre o Parque



Fl. 89v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Eólico e a Subestação de Portimão, que atravessa transversalmente o concelho de Lagos, passando junto de inúmeras habitações das Freguesias de Barão de S. João e Bensafrim e inclusive junto à Povoação de Bensafrim; - Dada a natureza da Linha de Alta Tensão, o seu percurso actual poderá produzir impactos negativos na saúde pública, bem como na prevenção e combate a incêndios florestais; Entendemos assim e propomos às entidades acima referenciadas, que sejam consideradas e implementadas as seguintes alternativas, que se afiguram como menos penalizadoras para o ambiente e comunidades humanas. 1) Eliminação da linha de Alta Tensão de interligação entre o Parque Eólico e a subestação de Portimão, por forma a que a energia produzida seja entregue no posto de transformação de Barão de S. João; 2) Que a linha de transporte entre a Subestação do Parque Eólico e o posto de transformação de Barão de S. João, pela sua curta distância (2Km +/-) e área florestal afectada seja enterrada.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocada à votação a Moção apresentada pela Comissão Permanente, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo da CDU: “Considerando que se encontra em discussão pública desde 14 de Agosto a 30 de Novembro de 2006, o novo PROT Algarve, Plano que vigorará nos próximos dez anos. Considerando que em 20 de Março de 2006 esta Assembleia Municipal aprovou convidar a Câmara Municipal para a realização de um debate conjunto, em Lagos, sobre o PROTAL. Considerando a importância deste Plano para a Região e a necessidade da sua divulgação para um melhor conhecimento das propostas nele contidas, para o nosso Município. Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos, propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos disponibilize no seu site para consulta a versão integral do PROT Algarve e que divulgue em nota de imprensa a informação sobre o período de discussão pública e a forma de acesso dos Municípios ao PROT Algarve.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou se o PROTAL iria estar disponível no sítio da Câmara Municipal de Lagos, de modo a poder-se conciliar os dois sites, Câmara e Assembleia.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que isto poderia ser um pedido, não necessitava de ser apresentado como Moção, não fazendo a mesma sentido, pois bastava fazer um Requerimento no sentido do sítio da Assembleia Municipal ter esta documentação disponível.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) informou que mesmo que a Assembleia Municipal não aprove esta Moção os Serviços da Assembleia Municipal não tinham qualquer dificuldade em realizar o pedido constante na Moção.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) propôs aos subscritores da Moção que tivessem em atenção o que tinha sido dito e que retirassem a Moção, ficando o pedido.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não via necessidade de retirar a Moção, uma vez que a mesma tinha três questões importantes sobre a matéria: 1- Relembrar que o PROTAL está no período da Discussão Pública e que há uma



deliberação da Assembleia Municipal, tomada por unanimidade, no sentido de convidar a Câmara Municipal para uma Sessão Pública sobre o PROTAL; 2- O Requerimento não obriga à aceitação, enquanto a Moção obriga; 3- Nota de imprensa a divulgar tudo isto. Disse que o essencial é que o que está na Moção seja assumido pela Assembleia Municipal.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pela CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	7	2	-	10
ABSTENÇÕES	1	0	0	-	1
VOTOS CONTRA	15	0	0	-	15

-----Assim a Moção apresentada pela CDU foi reprovado por maioria.-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria): “O PS votou contra não pelo facto de não querer que o PROTAL seja discutido, nem que a discussão pública não se efectue, mas porque entendemos que depois das declarações do Presidente da Assembleia, que se comprometeu a disponibilizar o documento no sítio da Assembleia Municipal, o PS votou contra a proposta e não contra o que vai ser divulgado.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Joaquim Reis (PSD): “O PSD votou a favor da Moção porque entendeu que não foram discutidos suficientemente, nem clarificados todos os elementos que aqui constam, já que a Moção não se baseia só na questão de disponibilizar os elementos; considerando que todos os elementos que constam na Moção são pertinentes o PSD votou a favor.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Mariano (PS): “Votei favoravelmente porque concordo com a mesma e porque não gostei da maneira como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal conduziu esta votação. O Sr. Presidente da Mesa não devia e nem pode dizer “mesmo que isto seja votado contra”, uma vez que o Presidente da Mesa tem que ser imparcial.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pela Grupo da CDU: “As matrículas até agora emitidas pelas câmaras municipais para os veículos com motores até 50 centímetros cúbicos vão ser substituídas por outras a atribuir pela Direcção Geral de Viação. Com a entrada em vigor do Decreto – Lei nº 128/2006 de 5 de Julho os titulares de veículos acima referidos matriculados nas Câmaras Municipais até 31.12.1989, terão que dirigir-se à DGV até final do corrente ano para obtenção de um novo registo e matrícula. No próximo ano é a vez de os proprietários de motociclos matriculados entre 1990 e 1999 solicitarem a substituição e, em 2008, para os registos entre 2000 e 2005. Uma prestação de serviço que era tratada na proximidade do cidadão, passa a ser centralizada nas capitais de Distrito, concentrando, no caso do Algarve as dezenas e dezenas de milhares de alterações de registos, dos 16 concelhos, nos serviços da DGV, em Faro. Em face desta alteração milhares de cidadãos do nosso Município terão de se deslocar a Faro, à DGV, para de novo registarem os veículos de que são



Fl. 90v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

proprietários. Originando um acréscimo de encargos financeiros, a perda de milhares de horas e pondo em prática o “Complex” em substituição do “Simplex”. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos delibere manifestar ao Primeiro Ministro o seu protesto e desagrado pela situação criada aos cidadãos com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 128/2006 de 5 de Julho.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que é feita referência a ciclomotores e motociclos, só que a legislação só faz referência aos ciclomotores, porque os motociclos já fazem parte da base de dados da Direcção Geral de Viação. Disse que a legislação também não refere concretamente como o interessado tem que se dirigir à Direcção Geral de Viação de Faro, se pessoalmente ou por carta. Informou ainda que da apreciação que faz da Lei não lhe parece que o interessado tenha que despende qualquer valor para alterar o livrete do veículo. Acrescentou que o intuito desta Lei é fazer com que a Direcção Geral de Viação tenha conhecimento dos proprietários dos ciclomotores que por aí andam nas vias públicas sem se saber, ao certo, a quem pertencem. Terminou dizendo que não se revia nesta Moção.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que não via a utilidade material em aprovar uma Moção como a apresentada pela CDU. Disse que esta Lei vem na sequência de uma directiva europeia e não se revia na Moção da CDU.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que nada disto que está referido na Moção, é inventado, porque tem conhecimento de pessoas que já se deslocaram a Faro para tratar deste assunto. Referiu que o facto desta Lei surgir na sequência de uma directiva comunitária não impede o direito à indignação. Disse que este assunto está bem como está, ou seja, tratado a nível das Câmaras Municipais não concentrando tudo na DGV, que até não tem o futuro definido.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU), para melhor esclarecimento desta situação leu o ofício que a Câmara Municipal de Lagos está a enviar aos proprietários deste tipo de veículos: “Assunto: Alteração de Registos e Matrículas. Relativamente ao assunto em epígrafe informo V. Exa. de acordo com Decreto-Lei nº 128/2006 de 5 de Julho, o registo e matrículas de ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos, passa a ser da exclusiva competência da Direcção Geral de Viação. Assim os titulares de veículos com data de matrícula anterior a 1/01/1990, deverão dirigir-se à DGV – Direcção Geral de Viação, com sede na Rua Aboim Ascensão – Faro. A fim de regularizar o veículo em epígrafe, deverá V. Exa. proceder em conformidade com o exposto.”-----

-----O Sr. José Manuel Freires (CDU) disse que isto era bem elucidativo, uma vez que até referiam a morada da DGV, para que ninguém se engane.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que já apareceram pessoas em Lagos que se propõem a tratar deste assunto, em troca de dinheiro, sem que o proprietário do veículo se tenha que deslocar a Faro, Disse que a Câmara ou as Juntas de Freguesia podiam prestar este serviço e evitar especulação-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pela CDU tendo a



mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	6	2	-	8
ABSTENÇÕES	1	1	0	-	2
VOTOS CONTRA	16	0	0	-	16

-----Assim a Proposta apresentada pela CDU foi reprovado por maioria.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “A partir de Fevereiro de 2007, com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto que aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos públicos, via pública e edifícios habitacionais, a construção de novas habitações vai começar a respeitar um conjunto de normas técnicas de acessibilidades, para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, que torna obrigatória a adopção de um conjunto de medidas para eliminação de barreiras arquitectónicas. Considerando que a promoção de acessibilidades constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no estado social de direito, conforme é referido no preâmbulo do presente Decreto-Lei. Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos, propõem: Que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal a promoção de uma Sessão Pública de Informação sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de Agosto, sensibilizando em particular todos aqueles que intervêm nesta matéria.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.--

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “Considerando que: A Constituição da República Portuguesa (CRP) apesar das revisões penalizadoras de que tem sido alvo, ainda consagra o Serviço Nacional de Saúde como tendencialmente gratuito; As taxas moderadoras e outros pagamentos em vigor foram recentemente aumentados, contrariando a Constituição; O Ministro da Saúde anunciou recentemente a criação de taxas moderadoras para cirurgias e internamentos, até agora gratuitos; O Ministro da Saúde emendou o vocabulário e designou por taxas de utilização, após as primeiras críticas à medida; Independentemente do vocabulário, o que conta e o que vale, é que estamos a falar de contrariar o que vem expresso na Constituição, e progressivamente aumentar o co-financiamento das famílias para o Serviço Nacional de Saúde, além do que já financiam pela via dos impostos; O argumento utilizado pelo Ministro da Saúde como justificação para criar estas taxas é inaceitável, porque não é possível nem se aplica neste caso, a moderação no acesso a quem precisa de uma intervenção cirúrgica e de ser internado. Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos se manifeste contra a criação de



Fl. 91v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

taxas para cirurgias e internamentos, pelos motivos expostos.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que esta situação das taxas de ocupação ainda está em discussão e não é para todos e por isso o PS não se revê no facto de se manifestar contra uma intenção de lançar uma taxa que ninguém sabe o que vai ser.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que este argumento não tem qualquer validade porque o Sr. Ministro já explicou o que é esta taxa. Disse que se estava a evoluir não para a gratuidade progressiva do Serviço Nacional de Saúde, mas sim para o pagamento progressivo com a inclusão de mais taxas, sejam para todos, ou não. Considera que se não se tomar posição antes das coisas acontecerem, depois é ainda mais difícil voltar atrás.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que a argumentação do Sr. Paulo Jorge não fazia sentido, perguntando-lhe se tinha dúvida que esta medida ia ser aprovada pela Assembleia da República, assim como o Governo ia aumentar os descontos para a ADSE em meio por cento e que estão previstas uma série de medidas que penalizam o cidadão. Considera que esta Moção faz sentido.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que ninguém vai fazer uma cirurgia por gosto e por isso ninguém gosta de estar hospitalizado, por isso não concorda com mais taxas moderadoras e vai votar favoravelmente esta Moção.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que esta Moção vem na altura certa, uma vez que ainda não foram criadas estas taxas e têm que fazer ver a quem governa o País que há situações prejudiciais para a população. Disse que não via qual o fundamento que qualquer pessoa da Assembleia Municipal de Lagos pode usar junto de qualquer cidadão, para dizer que votou contra esta Moção, mas espera que quem votar contra depois justifique a sua posição.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que não alinhava pela filosofia da CDU de que tudo o que é taxas é para cortar. Informou que as pessoas que já são contempladas com a isenção de taxas moderadoras, ficarão isentas do pagamento destas taxas e por isso o PS vai votar contra a Moção apresentada pela CDU.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que as isenções não abrangem a maioria da população e que o Sr. Ministro da Saúde não engana os lacobrigenses, uma vez que já sofreram as consequências políticas desse senhor.-----

-----O Sr. João Henrique (PS) disse que a maternidade de Lagos fechou num Governo PSD e se fosse hoje um Ministro da Saúde do PSD, o PSD não tinha este tipo de discursos e que o PS irá sempre justificar as suas atitudes.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) considera que, felizmente a maioria do povo português não tem isenção das taxas moderadoras, o que significa que a maioria da população não é doente, nem deficiente. Disse que esta medida é discriminatória e penaliza a maioria dos cidadãos portugueses.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que, para a CDU, o princípio é constitucional, uma vez que a Constituição diz que o direito à Saúde é tendencialmente gratuito. Disse que vai ser cobrada uma taxa a quem vai fazer uma cirurgia, como se a pessoa fosse culpada de ir fazer uma cirurgia, por isso o que está



em causa na Moção apresentada pela CDU é o cumprimento de um preceito constitucional.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) disse que, com a argumentação apresentada pela bancada do PS, não se admirava de que qualquer dia o PS estivesse a votar favoravelmente a cobrança de portagens na Via do Infante.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pela CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	7	2	-	10
ABSTENÇÕES	1	0	0	-	1
VOTOS CONTRA	14	0	0	-	14

-----Assim a Proposta apresentada pela CDU foi reprovado por maioria.-----

-----Não participou nesta votação por se encontrar ausente da Sala o Sr. João Luís Gomes (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim).-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. José Mariano (PS): “Votei favoravelmente porque não tinha dúvidas sobre este assunto; depois de ouvir a explicação por parte da abancada do PS, mais convencido fiquei em votar favoravelmente, na medida que quem vai pagar são todos aqueles que já pagam tudo, continuam a pagar tudo e vão pagar mais esta, porque, de facto, os que não têm nada para pagar, não pagam. Grande coisa que o Ministro fez. Portanto só tenho pena desta Moção não ter saído da bancada do PS.”-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Moção apresentada pelo Grupo da CDU: “ A Assembleia Municipal de Lagos componente democrática do Estado, a quem a Constituição da República confere, no seu Artigo 235, a prossecução de interesses próprios da população, não pode, pois, alhear-se daquilo que são as componentes do nível de vida das nossas populações. Uma dessas componentes assenta no Sistema Público de Segurança Social, decorrente de um direito Constitucional que visa proteger os cidadãos na doença, velhice, invalidez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho. Ora é todo este edifício Constitucional que o actual governo pretende pôr em causa a pretexto de projecções balizadas a 2050, altura em que, em Portugal, a esperança média de vida, à nascença, seria de 81,2 anos para os homens e de 86,7 anos para as mulheres. Tais cálculos invocados por quem não consegue prever o aumento da inflação a 1 ano (como recentemente aconteceu e que determinou, quer para os trabalhadores da função pública, quer para os trabalhadores do sector privado da economia, aumentos salariais inferiores ao aumento dos preços dos produtos), tais cálculos são, pois, notoriamente, um mero exercício de condicionar a opinião pública, como se fosse possível fazer uma previsão a tão largo prazo, no plano da demografia. O aumento da longevidade (não confundir com o índice de envelhecimento) é uma conquista civilizacional, com a qual devemos estar orgulhosos e não um ónus orçamental, medido pelo “deve” e “haver” contabilístico. É sabido que o poder político ilude a opinião pública ao invocar um outro conceito que é o do



Fl. 92v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

envelhecimento da população, o qual, como todos sabem, é um conceito relativo baseado na relação entre o número de habitantes com 65 e mais anos, comparativamente ao número de crianças e jovens com menos de 15 anos. Esta questão, a do envelhecimento da população, não se resolve pela morte antecipada dos idosos mas sim pelo incremento da natalidade, pelo que teria de haver uma outra política, adequada aos jovens casais no plano salarial, no estabelecimento de horários de trabalho compatíveis com a assistência, sobretudo aos recém nascidos e às crianças em tenra idade, na mobilidade, na assistência médica, no urbanismo e na criação de infra-estruturas destinadas às nossas crianças e jovens. Mas não é este o caminho que o governo pretende seguir. Basta dizer que no 1º semestre de 2005 foi atribuído, no âmbito do abono de família, um subsídio médio mensal, no valor de 26 euros aos 1 655 054 beneficiários desse subsídio. Convergentemente com o valor modesto do abono de família há a registar que, para os 2 663 034 pensionistas e reformados do Sistema Pública de Segurança Social, reportado ao 1º semestre de 2005, o valor das pensões era de 164 euros para a sobrevivência, 285 euros para a invalidez e 319 euros para a velhice. Estamos pois, perante milhões de beneficiários a quem são atribuídos subsídios de miséria, contribuindo para que, em Portugal, as prestações sociais representem, apenas, 25,4% do PIB, enquanto a média da UE era de 27,7%. O caminho a seguir é o caminho do progresso e não o da regressão social, eufemisticamente designado de Estado mínimo. O caminho a seguir é o caminho do cumprimento da Constituição, conferindo às pessoas todos os direitos de cidadania e não à sua transformação em destinatários de actos de filantropia e de caridade. O problema financeiro da segurança social não decorre das despesas que, comprovadamente, são baixas como atrás foi demonstrado, fazendo com que uma parte significativa dos 2 200 000 pobres em Portugal seja oriunda dos reformados e das 320 000 crianças carenciadas. O problema financeiro da Segurança Social decorre de dois factores complementares: - a forma como é feita a distribuição da riqueza produzida; - a estrutura funcional do nosso aparelho produtivo. Bastaria que em Portugal a relação entre os 20% da população mais rica e os 20% da população mais pobre não fosse de 7,2, mas num coeficiente muito menor, para que o nível de vida dos portugueses melhorasse consideravelmente. Bastaria que o nosso aparelho produtivo fosse adequado às nossas necessidades, potenciando a agricultura, a captura de pescado e as indústrias transformadoras para que o produto interno bruto crescesse, e, assim, melhorassem todos os rácios, quer quanto à segurança social, quer quanto à saúde, quer relativamente ao ensino. A segurança social não é um factor constitutivo do deficit orçamental. O factor determinante reside nas opções económicas estabelecidas pelos governos nos últimos 30 anos, que levaram ao abandono das terras, ao abate da frota pesqueira sem que a tal destruição surgissem novas embarcações e novas técnicas de pesca, e à criação de indústrias com pouco valor acrescentado. Pelo atrás exposto a Assembleia Municipal de Lagos considera que as medidas necessárias para a consolidação da sustentabilidade financeira da segurança social, no presente e para o futuro, não são asseguradas num caminho de redução de direitos, antes por meio de uma política de crescimento económico que reduza o desemprego e a miséria, a par do aprofundamento da



diversificação das fontes de financiamento, como estabelece a Lei de Bases da Segurança Social, ou seja: por meio de um muito mais eficaz combate à fraude e à evasão no pagamento das contribuições, pelo reforço dos deveres das empresas para com a segurança social, em função da riqueza produzida (complementarmente às actuais contribuições, em função do número de trabalhadores), e alargando essa responsabilidade no financiamento da segurança social às actividades financeiras.”---

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que esta Moção fazia uma série de considerandos que necessitavam de ser aprofundados e por isso sugeriu que, se o intuito da Moção é que a Assembleia Municipal exprima a sua posição sobre a Segurança Social em Portugal, esta Moção baixasse à Comissão Permanente da Assembleia Municipal, porque caso contrário o PSD irá votar contra esta Moção.----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Santa Maria) disse que concordava com a sugestão do Sr. Nuno Serafim.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que nada tinha a opor à sugestão feita, no entanto havia material suficiente para discutir esta Moção agora.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que não se sentia à vontade para discutir este assunto e que concordava com a sugestão do Sr. Nuno Serafim.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “Na reunião ordinária da Assembleia Municipal de Lagos realizada no dia 28 de Abril de 2006, foi aprovada por unanimidade, uma proposta intitulada “Limpeza das bermas das estradas nacionais”, na qual se pedia á EP - Estradas de Portugal E.P.E. a limpeza de ervas e lixo das bermas das estradas nacionais do nosso concelho. Na resposta ao ofício enviado, o Director de Estradas informou que:” foi feito concurso e aguarda-se os documentos para assinatura do contrato, para dar início à obra de limpeza de ervas e lixo”. A obra decorreu no mês de Julho, mas verificou-se que apenas foi cortada a erva e os arbustos junto aos raias de protecção, deixando por fazer a remoção do entulho e lixo, verificou-se também que a erva cortada não foi removida, tendo-se agravado a situação de sujidade e de perigosidade nas estradas, pois o vento espalhou durante vários dias a erva pelas faixas de rodagem. Considerando que se aproxima a época das chuvas o que potencia a insegurança nas estradas. Propõe-se que: Face ao exposto seja solicitado à EP-Estradas de Portugal E.P.E. que execute, efectivamente, a limpeza adequada das bermas das estradas nacionais do nosso concelho.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.--

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 32 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 56 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:** O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta de alteração à Ordem do Dia para esta Sessão: “Introdução de cinco pontos na Ordem do Dia: - IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis – Fixação da taxa a aplicar no ano de 2007 – Ponto 7 da Ordem do Dia; - Apreciação e votação da Proposta de lançamento de derrama a cobrar no ano de



Fl. 93v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

2007 – Ponto 8 da Ordem do Dia; Apreciação e votação da rectificação dos Estatutos da Associação promotora da Rede Dinâmica XXI – Ponto 9 da Ordem do Dia; - Apreciação e votação dos Estatutos da Associação Centro Ciência Viva de Lagos – Ponto 10 da Ordem do Dia; - Tomada de posição sobre a Proposta de Lei de Finanças Locais – Ponto 11 da Ordem do Dia.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre esta Proposta passou-se à votação da Proposta de Alteração apresentada pela Mesa, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----Seguidamente foi colocada à votação a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Políticos e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D – 430 – 18.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) na sequência das intervenções do público, perguntou qual era o papel da Câmara Municipal de Lagos na Adega Cooperativa de Lagos, uma vez que as “Terras do Infante” é que “pegaram” na Adega quando esta estava às portas de encerrar.-----

-----O Sr. Pedro Cruz (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião) perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o relacionamento das “Terras do Infante” e a Adega Cooperativa de Lagos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que uma das informações que a Câmara dava era a de que o investimento se situava em cerca de 26%, o que acha pouco para a altura do ano em que se encontra, por isso perguntou quais os objectivos propostos afim de aumentar esta percentagem. Disse que gostava de saber o ponto da situação relativamente ao Plano de Urbanização da Meia-Praia. Perguntou se só iria ser feita uma intervenção na arriba da Praia do Pinhão ou se a arriba da Praia da D. Ana também ia ser alvo de uma intervenção. Perguntou qual o objectivo e a influência que vai ter o Sistema de Informação Municipal – Aplicações Técnicas em Tecnologia SIG. Solicitou esclarecimentos sobre o Fórum dos Descobrimentos.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) perguntou qual o ponto da situação sobre o Plano de Urbanização de Odiáxere. Disse que continua a polémica sobre o pontão do Vale da Lama e por isso solicitou a colaboração da Câmara Municipal para solucionar o problema. Disse que a Junta de Freguesia tinha feito um ofício a quem tutela as estradas em Portugal, sugerindo que fosse construída uma rotunda junto à Torre, tendo a entidade respondido que o assunto estava a ser estudado, por isso solicitou a influência da Câmara junto das entidades competentes, uma vez que a Junta de Freguesia, por si só, não tem um peso suficiente neste tipo de decisões. Em relação à recolha de monos e restos de jardins, disse que não está a funcionar da melhor forma este tipo de recolhas e por



isso solicitou um pouco mais de esforço para que isto melhor. Disse que a situação da Adega Cooperativa de Lagos é preocupante e solicitou informação sobre este assunto.-----

-----O Sr. José Mariano (PS) disse que folgava em verificar que a Câmara continuava com um saldo de tesouraria muito apreciável, apesar de dizerem que a Câmara é muito gastadora. Disse que tinha verificado que a Câmara tinha contratado mais 30 pessoas, o que percebe, depois de saber para onde são necessárias essas pessoas, e que tinha feito avenças com mais seis pessoas o que acha um exagero. Disse que era com agrado que tinha verificado que a primeira fase da empreitada da Igreja das Freiras estava adjudicada e perguntou se já estavam a ser desenvolvidos esforços para arrancar, logo a seguir, com a segunda fase da obra e quantas fase vão ser necessárias para concluir a obra. Disse que tinha visto a requalificação da Rua Direita da Praia da Luz para análise/proposta, o que já não é sem tempo, apesar de ainda levar muito tempo a ser concluída a intervenção. Disse que a limpeza está um pouco melhor com os contentores enterrados, mas os que existem à superfície estão cada vez piores, necessitando de intervenções. Informou que a casa por si referida numa sessão anterior, na rua Infante de Sagres, que tinha uma bandeira preta à janela, já não tem a dita hasteada, o que significa que o caso está resolvido.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) solicitou esclarecimentos sobre a requalificação da área da Estação dos Caminhos de Ferro.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que via com preocupação um aumento das despesas correntes da Câmara Municipal de Lagos em 20%, considerando que Lagos está em contra círculo com o resto do País. Solicitou a opinião do Sr. Presidente da Câmara sobre isto e perguntou o que pensava relativamente ao facto de Lagos ser o segundo concelho do País em relação à cobrança de impostos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, começou por dizer que compreendia as atitudes dos produtores de uva, principalmente quando se vêem numa situação que pode parecer de eventual dano. Esclareceu que a Adega Cooperativa de Lagos estava falida e sem património, estando a trabalhar em instalações que já não eram suas por motivo de as ter entregue à Caixa Agrícola do Algarve para pagamento de uma dívida, durante dois anos (2003 e 2004) e que tinha, durante esses dois anos, procurado comprador para as instalações, situação que não se verificou até ao final de do ano 2004. Foi nessa altura que a Associação de Municípios “Terras do Infante” interveio no assunto lavrando com a Adega Cooperativa de Lagos um protocolo em que assumiam a obrigação de ficar como compradores do edifício à Caixa Agrícola do Algarve pelo valor estipulado, comprometendo-se a promover a venda das instalações por um valor base, que numa primeira fase não foi alcançado. Disse que as “Terras do Infante” quando contraíram o leasing para a compra das instalações da Adega, acrescentaram um valor para que os vitivinicultores pudessem ser pagos, uma vez que já havia alguns anos que não recebiam verbas da Adega. Referiu que em Julho o Administrador da Miralagos endereçou uma carta às “Terras do Infante” a dizer que estava interessado em comprar, pelo valor base, as instalações da Adega Cooperativa, sendo este o



Fl. 94v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

único relacionamento que as “Terras do Infante” têm com a Adega Cooperativa de Lagos. Disse que a pedido da Direcção da Adega a Câmara Municipal de Aljezur dispensou um dos seus técnicos para ajuda a “arrumar” a casa. Informou que a Câmara Municipal de Lagos continua a fazer uma busca no sentido de encontrar uma nova localização para as futuras instalações da Adega, uma vez que existe um prazo de um ano para entregar as velhas instalações ao comprador. Disse que no fundo as “Terras do Infante” é que salvaram a Adega Cooperativa e a prova disso é que foi feita a recolha de uvas, este ano, e já está o mosto produzido, levantando-se-lhe a dúvida se todos os sócios da Adega estavam dispostos a salvá-la, tendo a sensação de que alguns não estavam dispostos a lutar por isso. Disse que efectivamente 26% de investimento é pouco e lamenta isso, esperando aumentá-lo, substancialmente até ao fim do ano. Sobre o Plano de Urbanização da Meia-Praia disse que o mesmo está na CCDR. Informou que as intervenções nas arribas estão sobre a responsabilidade da CCDR, mas que a intervenção que se verifica na Praia do Pinhão é da iniciativa do proprietário da Casa do Pinhão que solicitou à CCDR que fosse ele próprio a pagar a intervenção, tendo a Câmara solicitado à CCDR que agilizasse o processo. Em relação à intervenção nas arribas da D. Ana disse que isso é uma reivindicação antiga do município, mas não se sabe quando irá ser feita. Em relação ao SIG disse que a Câmara adquiriu novo software para interligar os serviços. Sobre o Fórum dos Descobrimentos disse que o mesmo decorre do Plano Estratégico de Lagos e assenta na aquisição de peças únicas e respectiva manutenção, tendo vários pólos, um deles na Casa Fogaça que já esta a sofrer obras. Informou que a primeira fase da Igreja das Freiras está relacionada com o segurar a Igreja, sendo a museologia e o tratamento interior a segunda fase. Comunicou que está a decorrer a elaboração de um Plano de Pormenor para a zona da Estação da CP e um Plano para a zona da Doca. Disse que Plano de Urbanização de Odiáxere vai ter que submeter às regras do novo PROTAL, estando numa fase de proposta, acontecendo o mesmo com o Plano da Luz. Em relação ao pontão do Vale da Lama/Ria de Alvor disse que a ideia é renaturalizar o espaço, mas isso é da competência da CCDR. Sobre a rotunda na Torre disse que era com agrado que tinha ouvido as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, dizendo que as entidades oficiais estavam a equacionar essa solução para o local, ao contrário de uma resposta negativa recebida pela Câmara Municipal, em relação à proposta semelhante para o cruzamento do Chinicato. Sobre a limpeza urbana disse que Lagos é considerado um dos municípios mais limpas do Algarve e do País, mas continua a haver falhas, e por isso vão continuar com as campanhas de sensibilização e com a recolha, à borla, dos verdes e dos monos. Em relação ao porquê de Lagos ser o segundo município em termos de impostos disse que esperava que o PSD tivesse resposta a essa questão nos seus Fóruns das Novas Vontades, acrescentando que Lagos estava assim em virtude de uma evolução que não é a mais feliz e por ausência de políticas adequadas a nível nacional, regional e local. Referiu ainda que Lagos tinha visto perder alguns dos seus poucos hotéis e por isso no cálculo dos habitantes, Lagos obtém uma taxa elevada de habitantes, uma vez que as segundas habitações não contam para este número. Disse que a



capitação não decorre da taxa de IMI cobrada e estes números prejudicam o concelho se a nova Lei das Finanças Locais for aprovada, dado que Lagos pode vir a não receber qualquer comparticipação do Estado.-----

-----**SAÍDA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, ausentou-se definitivamente da sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	João Henrique Pereira	23.38

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por grupo municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia Municipal, declarou interrompida a Sessão, para continuação no próximo dia 2 de Outubro de 2006, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, neste mesmo local, ainda no Ponto 1 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 15 minutos da madrugada dia 30 de Setembro, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....
.....
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....